

Articulações entre políticas econômicas, desenvolvimento sustentável, promoção da saúde e educação.

João Francisco Severo Santos *

Resumo: O desenvolvimento sustentável é um conceito amplo que está vinculado às preocupações com o impacto de modo de produção e distribuição das riquezas sobre o meio sócio-ambiental. Já o termo promoção de saúde tem sido entendido comumente como um conjunto de ações com forte ênfase na gestão racional da saúde da população. O objetivo desse artigo é promover a reflexão sobre a relação de algumas políticas econômicas e o processo de desenvolvimento sustentável e promoção da saúde e o papel da educação nesse contexto. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa bibliográfica foi utilizada para entender os caminhos traçados pelas políticas econômicas e seu impacto nas atitudes e ações relacionadas à promoção de saúde e ao desenvolvimento sustentável, bem como, a importância do trato desses temas nos espaços destinados a educação formal para conduzir a reflexão desses temas essenciais para a qualidade de vida. Dessa forma, o modelo de desenvolvimento econômico que não prioriza o seu papel mais importante, proteger o povo do sofrimento causado pelo desemprego e a falta de renda em épocas de recessão, afeta de forma significativamente negativa as ações de promoção da saúde e desenvolvimento sustentado. Assim, as instituições de educação formal configuram um importante espaço de conscientização sobre essas articulações entre modelo econômico, desenvolvimento sustentável e promoção da saúde.

Palavras-chave: Educação, Desenvolvimento sustentável, Promoção de saúde

Abstract: The sustainable development is an ample concept that is tied to the concerns with the impact in production way and distribution of the wealth on the partner-ambient way. Already the term health promotion has been understood as a set of action with strong emphasis in the rational management of the health of the population. The objective of this article is to promote the reflection on the relation of some economic policies and the process of sustainable development and promotion of the health and the paper of the education in this context. In this direction, the bibliographical qualitative research was used to understand the ways tracings for the economic policies and its impact in the attitudes and actions related to the promotion of health and the sustainable development, as well as, the importance of the treatment of these subjects in the destined spaces the formal education to lead the reflection of these essential subjects for the quality of life. Of this form, the model of economic development that does not prioritize its more important paper, to protect the people of the suffering caused for the unemployment and the lack of income at times of contraction, affects of significantly negative form the actions of promotion of the health and supported development. Thus, the institutions of formal education configure an important space of awareness on these joints between economic model, sustainable development and promotion of the health.

Key words: Education, Sustainable development, Health promotion.

* JOÃO FRANCISCO SEVERO SANTOS é MBA em Gestão e Promoção da Saúde Empresarial - FURB; Mestre em Atividade Física Relacionada a Saúde - UFSC; Doutor em Psicologia, Saúde e Qualidade de Vida- AWU; Analista de Gestão em Pesquisas do IBGE e Professor da ULBRA, Palmas-TO.

Introdução

As sociedades humanas são, hegemonicamente, constituídas por estratos sociais com diferentes magnitudes de poder no sentido de afirmarem seus interesses. Nessa direção, constata-se historicamente, que a amplitude dessas desigualdades de poder dificulta o movimento social para uma sociedade menos discrepante em termos de qualidade de vida, constituindo assim, um círculo vicioso de difícil superação.

Entre os principais indicadores de qualidade de vida social (emprego, renda, saúde, educação e segurança), o emprego é o que parece repercutir mais imediatamente sobre a qualidade de vida das camadas populares. Sua falta implica, na área de saúde pública, maiores taxas de mortalidade infantil, menor incremento na esperança de vida, menor acesso à água e ao saneamento básico, menor capacidade de gasto com saúde e controle de fecundidade.

No Brasil, as políticas controle econômico têm sido feitas à custa de duras penas impostas às camadas menos abastadas da população e, sistematicamente, tem servido mais aos interesses imediatos de manutenção do *status quo* das elites sociais do que ao desenvolvimento sustentável país, o que coloca em risco a escalada do emprego formal ocorrida nos últimos anos.

O objetivo desse artigo é promover a reflexão sobre algumas políticas econômicas, desenvolvimento sustentável, promoção da saúde e educação. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa bibliográfica foi utilizada para buscar explicações sobre o funcionamento do modelo econômico hegemônico nas sociedades capitalistas, explorando suas possibilidades e limitações, bem como, para entender a

importância do trato desses temas essenciais para a qualidade de vida nos espaços destinados a educação formal a fim de conduzir a conscientização e reflexão sobre esse modelo de político-econômico.

Política econômica e desenvolvimento sustentável

O termo “Desenvolvimento Sustentável” tem sido comumente usado para designar a ideia de conciliação entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental e, ainda, a redução das desigualdades socioeconômicas de uma região, ou seja, é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as oportunidades das futuras gerações (MONTIBELLER FILHO, 2004; CAVALCANTI, 1995).

O desenvolvimento sustentável é um conceito amplo que está vinculado às preocupações com o impacto de modo de produção e distribuição das riquezas sobre o meio ambiente e apresenta dois princípios fundamentais: 1) o princípio das “necessidades” – prega o atendimento prioritário das necessidades essenciais das camadas menos abastadas da população; 2) o princípio das limitações – prega que o modelo atual de desenvolvimento tecnológico e social impõe uma sobrecarga excessiva ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (ESTY & IVANOVA, 2005; DO VALLE, 2002; CAVALCANTI, 1995).

De acordo com Guimarães (apud MONTIBELLER FILHO, 2004, p.19): “há uma unanimidade em relação às propostas em favor da sustentabilidade. Resulta impossível encontrar um só ator social de importância contrário ao desenvolvimento sustentável”. Por outro lado, o discurso da

sustentabilidade permite diferentes entendimentos no sentido de atender aos interesses de determinados segmentos sociais, por sinal, aqueles que têm a voz e a influência política mais relevante no sistema capitalista, ou seja, as elites socioeconômicas.

A política econômica brasileira, até os anos 2000, teve delineamentos bastante explícitos que marcaram suas possibilidades, seus resultados e seus efeitos sobre o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, essas políticas resultaram de conflitos e acordos sobre os interesses dos setores mais abastados da sociedade, notadamente, favorecendo o setor das instituições financeiras, que sistematicamente apresentam lucros exacerbados em nosso país, e o dos ruralistas, representados em sua maioria por grandes latifundiários que obtiveram grandes vitórias por meio do novo código florestal brasileiro, traduzidas como retrocessos nas políticas ambientais (VARJABEDIAN, 2010).

Segundo Galbraith (1998), nas sociedades capitalistas, em geral, considera-se uma virtude o distanciamento da política econômica em relação às pressões do processo democrático. Isso se justifica pela necessidade de ações responsáveis e necessárias para manter o equilíbrio econômico. Todavia, como defende Libâneo (1991), essa neutralidade é utópica, pois a dinâmica das sociedades capitalistas é resultado da luta entre diferentes estratos sociais no sentido de afirmarem os seus interesses.

As sociedades capitalistas de moderna economia exigem um fluxo constante de demanda agregada, ou seja, capacidade de comercialização resultante de um poder de compra suficiente para a utilização da capacidade produtiva

disponível e para a expansão necessária para empregar a mão de obra que ingressa no mercado devido ao crescimento e amadurecimento populacional (PORTO, 2005). Entretanto, ao contrário do crescimento e amadurecimento populacional, o crescimento econômico não tem se mostrado constante no decorrer do tempo. Há épocas de grande crescimento e outras de pouquíssimo crescimento econômico. Quando o crescimento econômico é muito inferior ao crescimento da mão de obra disponível no mercado ocorre o desemprego conjuntural (PORTO, 2005; GALBRAITH, 1998).

Para Galbraith (1998) e Bresser-Pereira (2011), o papel mais importante das políticas econômicas do estado é o de regulamentar o crescimento econômico de modo que ele atenda aos interesses públicos e proteja o povo do sofrimento causado pelo desemprego e a falta de renda em épocas de recessão. Além de promover o crescimento e distribuição justa das riquezas produzidas. Infelizmente, parece que apenas a partir dos anos 2000, as políticas econômicas do Brasil começaram a ser redigidas para cumprir esse papel.

A estabilidade do fluxo de demanda agregada é dependente de três componentes fundamentais: gastos com o consumo, gastos com investimentos e gastos operacionais do estado. Assim, quando a demanda agregada é insuficiente, três linhas de ação corretiva podem ser adotadas pelo estado com diferentes impactos sobre o desenvolvimento sustentável. A primeira linha é a redução dos impostos para liberar mais renda para o consumo. A segunda linha é a redução das taxas de juros encorajando os empréstimos, investimentos e gastos com o consumo. A terceira linha de ação é o aumento do

déficit público com a geração de postos de trabalho oferecidos pelo estado para o melhoramento das estruturas operacionais da região/país – estradas, aeroportos, portos, escolas, universidades, etc. Com vistas a gerar desenvolvimento futuro que cobriria com sobras esse déficit (OCAMPO, 2005; FURQUIM, NAKANO & REGO, 2004). Ainda hoje, as linhas de ação adotadas pelos gestores da política econômica brasileira parecem muito relutantes em seguir essas ações corretivas com a força que seria necessária para promover um modelo de crescimento que favoreça rapidamente a todas as camadas da população.

Outro fato incontestável é que o crescimento acelerado da economia gera um efeito colateral que os políticos brasileiros insistem em mistificar: a inflação. Segundo Bresser-Pereira (2011), a inflação não tem como principais causas o aumento da oferta de moeda e da demanda aquecida como afirmam os economistas mais conservadores. Ela pode ser causada por outras variáveis como aumento de preços por especulação, monopólio e crescimento da economia informal, que são mais impactantes em países em desenvolvimento.

A forma mais eficiente de controle da inflação é uma rigorosa política fiscal aliada a uma política de juros razoáveis e farto crédito para permitir um crescimento controlado e sustentado (BRESSER-PEREIRA, 2011). No entanto, sucessivas gestões adotaram medidas impopulares para reduzir e controlar a inflação no Brasil, optando pelo reduzido crescimento que provoca desemprego conjuntural e eleva drasticamente as ações empresariais desfavoráveis à sustentabilidade. Essa obsessão no controle da inflação parece ter uma intencionalidade bem definida

que justifica o grande investimento dos banqueiros nacionais e internacionais, no Brasil, motivados por diversos privilégios políticos e econômicos inaceitáveis em países desenvolvidos (STRACHMAN, 2008; FURQUIM, NAKANO & REGO, 2004; HELENE & BICUDO, 2002; REGO, 1988).

Na maioria dos países capitalistas, os responsáveis pelas políticas econômicas têm uma grande tendência em optar pelo baixo crescimento, e até pela recessão, devido ao simples fato de que a inflação atinge a todos os membros da sociedade, inclusive os mais abastados, enquanto que o desemprego, causado pelo baixo crescimento, tem mais impacto nas classes trabalhadoras. Além disso, com a inflação controlada e uma razoável taxa de desemprego, as instituições financeiras são extremamente favorecidas, pois podem oferecer empréstimos de longo prazo com juros abusivos a todas as classes sociais com diversas garantias governamentais. Suspeita-se até que existem profissionais denominados "assassinos econômicos" cujo trabalho é lesar países com alta desigualdade social utilizando meios criminosos que incluem relatórios adulterados, pleitos eleitorais fraudulentos, subornos, extorsões, sexo e assassinato, atuando no Brasil com o objetivo de organizar grupos que promovem especulação financeira e que participam sistematicamente de fraudes contra as contas públicas (PERKINS, 2005; CANUTO E MATHIEU, 1999; GALBRAITH, 1998).

As grandes empresas multinacionais também são favorecidas por esse processo, pois os trabalhadores ficam mais dóceis produzindo mais pelo mesmo salário devido ao medo de perderem seus empregos e, ainda, há justificativas palpáveis para redução nos

investimentos em saúde, segurança e meio ambiente (PERKINS, 2005; ACHBAR, ABBOTT E BAKAN, 2004). Nesse sentido, percebe-se que o desenvolvimento sustentável é bastante prejudicado pelas ações da política econômica que favorecem intencionalmente uma pequena camada mais abastada da sociedade que obtém vários benefícios diante de uma reduzida taxa de crescimento econômico e controle fiscal.

Promoção de saúde e desenvolvimento econômico

O “conceito” de Promoção de Saúde foi uma redescoberta recente (segunda metade do século passado). Desde então ele vem sendo construído e reconstruído como um modelo que visa repensar e redirecionar as ações em saúde pública. Nesse sentido, o debate a respeito das intervenções e significados da promoção de saúde continua acirrado devido à dificuldade de se chegar a um consenso sobre a definição do que é saúde.

O termo promoção de saúde tem sido entendido comumente como um conjunto de ações com forte ênfase na gestão racional da saúde da população. A Organização Mundial de Saúde - OMS, por exemplo, define promoção da saúde como um processo que permite às pessoas aumentar o seu controle sobre os determinantes de saúde por meio de uma participação ativa nos cuidados com a saúde (HPA, 2006; LUPTON, 1995). Esse processo visa, no mínimo, a manutenção do nível atual de saúde individual e coletivo, incluindo estratégias de mudança de comportamento, educação, proteção à saúde, detecção de riscos e outras estratégias (ANSPAUGH, DIGNAN & ANSPAUGH, 2000). Assim, a promoção da saúde é o resultado da responsabilização múltipla e da

combinação de ações do Estado (políticas públicas saudáveis), da comunidade (reforço da ação comunitária), dos indivíduos (desenvolvimento de habilidades pessoais), do sistema de saúde (reorientação do sistema de saúde) e de parcerias intersetoriais (GOMES & MERHY, 2011; DAS NEVES, 2006).

De acordo com dados de diversos inquéritos do Centro de Controle de Doenças dos EUA e da OMS, comentados por Catford (1998), o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda são fortes preditores do perfil de fatores de risco e de doenças de uma população. Por isso é preciso que as ações de promoção de saúde sejam articuladas com a educação política no sentido de auxiliar os indivíduos a tomarem consciência de seu compromisso e das ferramentas disponíveis para construção de uma sociedade com menores discrepâncias socioeconômicas – a luta pelo verdadeiro processo democrático: a democracia direta.

Infelizmente, percebe-se que as ações de promoção de saúde são muitas vezes baseadas apenas em prescrições de “comportamentos saudáveis” e na construção mínima de “ambientes saudáveis” desprezando as questões sociais, culturais e políticas da população alvo (GOMES & MERHY, 2011). Dessa forma, o foco primordial das pesquisas e das intervenções da promoção de saúde, além de não contribuir efetivamente para a mudança das condições sociais, ainda funciona como um meio justificado cientificamente para culpabilizar o indivíduo pelas causas de seus transtornos de saúde e reduzir os gastos e as responsabilidades do poder público.

Por outro lado, é preciso reconhecer que, apesar do processo de promoção da

saúde ser dependente do desenvolvimento econômico, existe um grave conflito entre esses dois quando o crescimento econômico é buscado indiscriminadamente, ou seja, quando ele não é sustentável. É preciso integrar a política econômica, a política social e a política de saúde, pois os problemas de saúde são frequentemente reflexos dos problemas socioeconômicos. Assim por exemplo, as diretrizes para a indústria e para o transporte são, em parte, diretrizes para a melhoria ou deteriorização da saúde coletiva (GALBRAITH, 1998; ROSENGREN, 1993).

Educação para o desenvolvimento sustentável

Existem nítidas evidências de que as políticas econômicas que trazem benefícios ecológicos e de bem estar social favorecem a saúde pública, assim entende-se que o conceito de promoção da saúde está contido no modelo de desenvolvimento sustentável (FREY & STUTZER, 2002). Emprego com remuneração justa, menores abismos socioeconômicos, maiores níveis educacionais e participação política ativa da população parecem formar a equação que prediz melhores níveis de saúde (GALBRAITH, 1998; KAWACHI & KENNEDEY, 1997).

Por esse motivo as instituições de educação formal, principalmente as públicas, deveriam ser redutos para a formação de novas associações e grupos de pressão com o objetivo de cobrar efetivamente dos governantes decisões favoráveis à qualidade de vida de toda população. Essas deveriam estar alinhadas com os conceitos de desenvolvimento sustentável, conscientizando e instrumentalizando, por meio de uma pedagogia crítica, as pessoas para fazer os questionamentos mais relevantes a respeito do modelo de

sociedade e de desenvolvimento econômico que estamos criando.

Santos (2006) afirma: “precisamos ensinar as pessoas a não apenas olhar os acontecimentos, mas também enxergar claramente o que acontece”. Para que isso seja viável é preciso investir na qualidade do ensino formal, pois ele é fundamental na formação de pessoas para todas as demais atividades que são responsáveis pelo desenvolvimento da sociedade (GADOTTI, 1991).

Uma sociedade saudável é uma sociedade justa onde a maioria das pessoas se beneficie do desenvolvimento econômico e tecnológico no sentido de obterem melhores condições de acesso à assistência médica, educação, segurança, lazer e apoio social. De fato, poucas pessoas obtêm o máximo benefício desse modelo de desenvolvimento adotado no Brasil que onera as micro e pequenas empresas, que privilegia as instituições financeiras e as grandes corporações multinacionais, que usa o déficit público como desculpa para privatizar serviços essenciais, resultando assim em sérias dificuldades de controle da corrupção, das agressões ao meio ambiente e a saúde coletiva (PERKINS, 2005; ACHBAR, ABBOTT E BAKAN, 2004; GALBRAITH, 1998; ROSENGREN, 1993).

A solução para esse problema está na criação de tecnologia alternativa, ao invés de tecnologia avançada e cara que, frequentemente, desperdiça energia, gera desemprego e poluição. A solução está também numa abordagem sócio-biológica para a agricultura, nutrição e medicina, ao invés da simples abordagem química e de engenharia. O mais importante é reconhecer que o modelo atual de desenvolvimento, principalmente nos países em

desenvolvimento, está fomentando um estilo de vida que, na visão de Santos (2006), reflete crenças, valores, atitudes e comportamentos que vem causando acidentes, doenças e mortes em escala crescente, bem como, problemas com a poluição e administração dos recursos não-renováveis.

Ao considerar o professor um mediador do processo educativo, admite-se o seu importante papel para a valorização e adoção de uma concepção mais crítica e humana de desenvolvimento, promoção de saúde e qualidade de vida, pois a educação é um processo complexo de influências e interrelações que colaboram para a formação de valores, atitudes e comportamentos que, se orientados para o bem maior da sociedade, podem conduzi-la a um estágio de desenvolvimento sustentável (SANTOS, 2006).

Considerações finais

A conscientização da população por meio de um modelo pedagógico crítico e contextual, ou seja, um modelo de educação que denuncie as contradições de nossa sociedade e que descreva os múltiplos caminhos, historicamente construídos, que resultaram na situação presente das diferentes camadas sociais, seus atores e o indivíduo para o qual essa educação é direcionada. Esse modelo, além de contemplar a gênese histórica das situações de interesse e conflito, deve revelar as engrenagens que determinam o funcionamento das interrelações entre os grupos sociais e seus interesses históricos e imediatos, bem como as relações de poder que determinam os papéis de dominantes e dominados, explorados e exploradores.

A efetivação desse modelo pedagógico no sentido de orientar as intervenções de promoção de saúde, particularmente nas ações de educação para saúde, nas

instituições de ensino fundamental, médio e superior pode representar a superação da alienação produzida culturalmente em relação aos valores relacionados ao desenvolvimento econômico e qualidade de vida. Nesse sentido, além de ampliar o acesso à educação em todos os níveis, melhorar a qualidade dessa, no sentido de evitar a perpetuação de valores que alimentam a manutenção e o crescimento das desigualdades históricas em nossa sociedade é um fator imprescindível.

Nesse contexto, educação, crescimento econômico, promoção de saúde e desenvolvimento sustentável não devem ser tratados como questões isoladas, mas sim, como conceitos que devem se articular para a implementação de programas e ações precoces e contínuas com o fim de conduzir ao bem estar maior de toda sociedade.

Referências

- ACHBAR, M.; ABBOTT, J. & BAKAN, J. **The corporation**: the pathological pursuit of profit and power. Toronto: Canadian television fundation, 2004 – DVD.
- ANSPAUGH, D. J; DIGNAN, M. B; ANSPAUGH, S. L. **Developing health promotion programs**. Boston: McGraw-Hill, 2000.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. Uma escola de pensamento keynesiano-estruturalista no Brasil? *Revista de Economia Política*, 2011, 30(2): 305-314.
- CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- CANUTO, O. E MATHIEU, C. M. **Estação Pobreza**: é crescente a evidência de que pobreza e desigualdade prejudicam o crescimento econômico. Publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo* em 27/07/2010.
- CATFORD, J. Social entrepreneurs are vital for health promotion - but they need supportive environments too. **Health Promot. Int.** 1998 13: 95-98.

DAS NEVES, T.P. Reflexões sobre a promoção da saúde. **Espaço Acadêmico**, Nº 62, julho de 2006. disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/062/62nev es.htm>>, acessado em: 16/07/2010.

DO VALLE, C.E. **Qualidade ambiental**: iso 14000. São Paulo: São Paulo, 2002.

ESTY, D.C. & IVANOVA, M.H. **Governança ambiental global**: opções & oportunidades. São Paulo: Editora do Senac, 2005.

FREY, B., STUTZER, A. **Happiness and Economics**: How the Economy and Institutions Affect Human Well-Being. Princeton University Press, 2002.

FURQUIM, L; NAKANO, Y. & REGO, J.M. **Em Busca do Novo**: o Brasil e o Desenvolvimento na Obra de Bresser-Pereira. São Paulo: FGV, 2004.

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 1991.

GALBRAITH, J.K. **A sociedade justa**: uma perspectiva humana. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

GOMES, L. B. & MERHY, E. E. Compreendendo a Educação Popular em Saúde: um estudo na literatura brasileira. **Cad. Saúde Pública**, 2011, 27(1):7-18.

HELENE, M.E.M. & BICUDO, M.B. **Cenário mundial**: sociedades sustentáveis. São Paulo: Scipione, 2002.

HPA - Health Promotion Agency For Northern Ireland. **What is Health Promotion?** disponível em <<http://www.healthpromotionagency.org.uk/>>, Acessado em: 20/08/2010.

KAWACHI, I., KENNEDEY, B. Health and social cohesion. **British Medical Journal**, 314, 1997, p. 1.037-1.040.

LEVIT, S.D. & DUBNER, S.J. **Freakonomics**: o lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.

LUPTON, D. **Medicine as culture**: illness, disease and the body in western societies. London: Sage, 1995.

MAZZA, J. Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico na América Latina. Rio de Janeiro: Campus, 2005, p. 33-40.

MONTIBELLER FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. . Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

OCAMPO, J.A. **Desenvolvimento econômico e inclusão social**. In: BUVINIC, M. &

PERKINS, J.M. **Confissões de um Assassino Econômico**. São Paulo: Cultrix, 2005.

PORTO, M (Org.). **Investimento privado e desenvolvimento**: balanço e desafios. Rio de Janeiro: Editora do Senac, 2005.

REGO, J.M. **Hiperinflação**: Algumas Experiências. São Paulo: Paz e terra, 1988.

ROSENGREN, A. Stressful life events, social support and mortality in men born in 1933. **British Medical Journal**, 307, 1993, p. 1.102-1.105.

SANTOS, J.F.S. Globalização, Qualidade de Vida e Educação. **Espaço Acadêmico**, Nº 61, 2006. disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/061/61santos_joao.htm>, acessado em: 11/01/2011.

STRACHMAN, E. O regime de controle da inflação sem metas. **Rev. Custo Brasil**. 2008, 16: 32-38.

VARJABEDIAN, D. Lei da mata atlântica: retrocesso ambiental. **Estud. Av.** 2010, 68: 147-160.